

No. 34801

**Brazil
and
Mexico**

Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the United Mexican States on cooperation in combating drug trafficking and drug dependency. Brasília, 18 November 1996

Entry into force: *25 November 1997 by notification, in accordance with article VII*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 29 July 1998*

**Brésil
et
Mexique**

Accord de coopération entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement des États-Unis du Mexique dans la lutte contre le trafic de stupéfiants et la toxicomanie. Brasília, 18 novembre 1996

Entrée en vigueur : *25 novembre 1997 par notification, conformément à l'article VII*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 29 juillet 1998*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS PARA O COMBATE AO NARCOTRÁFICO E À FARMACODEPENDÊNCIA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo dos Estados Unidos Mexicanos
(doravante denominados “Partes Contratantes”),

Conscientes de que o narcotráfico e a farmacodependência representam uma séria ameaça às estruturas políticas, econômicas e sociais, à saúde da sociedade e à tranquilidade pública;

Coincidindo na necessidade de proteger a vida e a saúde de seus respectivos povos contra os graves efeitos da farmacodependência, do narcotráfico e de seus delitos conexos, e reconhecendo que essas condutas devem ser combatidas de forma integral, em especial a prevenção e a redução da demanda ilícita de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, o controle da oferta, a suspensão do tráfico ilícito, o tratamento e a reabilitação;

Preocupados com o incremento do narcotráfico, a farmacodependência e seus delitos conexos como a lavagem de dinheiro, o crime organizado, o desvio de precursores químicos, o tráfico ilegal de armas e o tráfico de pessoas e bens;

Reconhecendo que o combate deste fenômeno requer a adoção e aplicação efetiva de leis estritas e modernas que permitam prevenir e sancionar esta conduta criminosa e seus delitos conexos, assim como a estruturação de órgãos de investigação e prestação de justiça eficientes e plenamente capacitados, que contem com os recursos humanos e materiais necessários para fazer face ao problema;

Dispostos a outorgarem-se a cooperação mútua necessária para combater efetivamente o narcotráfico e a farmacodependência e seus delitos conexos, em razão de suas características de fenômenos de natureza e alcance internacionais;

Animados pelo objetivo de que a cooperação a que se refere o presente Acordo deve complementar aquela que ambas as Partes Contratantes se outorgarão no cumprimento das obrigações internacionais que assumam conforme a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas (doravante denominada "A Convenção") adotada em Viena, Áustria, em 20 de dezembro de 1988;

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

Alcance do Acordo

1. O propósito do presente Acordo é promover a cooperação entre as Partes Contratantes a fim de que possam combater com maior eficácia o narcotráfico, a farmacodependência e seus delitos conexos, como a lavagem de dinheiro, o crime organizado, o desvio de precursores químicos, o tráfico ilegal de armas e o tráfico de pessoas e bens, fenômenos que transcendem as fronteiras de ambas as Partes.
2. As Partes Contratantes cumprirão suas obrigações derivadas do presente Acordo conforme os princípios de autodeterminação, não intervenção em assuntos internos, igualdade jurídica e respeito à integridade territorial dos Estados.
3. Uma Parte Contratante não exercerá no território da outra Parte Contratante competências ou funções que correspondam exclusivamente às autoridades desta outra Parte Contratante, conforme seu direito interno e soberania nacional.

ARTIGO II

Âmbito de Cooperação

1. As Partes Contratantes tomarão as medidas de cooperação necessárias para dar pleno efeito, entre ambas e de maneira mais eficaz, às obrigações que assumam conforme a Convenção e procurarão realizar a referida cooperação, na medida do possível, conforme os objetivos e recomendações da mesma.

2. A designação e aplicação de recursos humanos, financeiros e materiais necessários para a execução de programas concretos em matéria de combate ao narcotráfico e à farmacodependência, cujas ações serão realizadas em um marco de co-responsabilidade, serão definidas em cada caso pelas Partes Contratantes, na medida de suas possibilidades orçamentárias.

3. Em atenção ao disposto no Artigo I, a cooperação a que se refere o presente Acordo procurará realizar programas, em cada um dos Estados, destinados a:

- a) reduzir a demanda ilícita de entorpecentes e substâncias psicotrópicas mediante atividades de prevenção, tratamento e informação pública;
- b) estabelecer sistemas eficazes de intercâmbio de informações em matéria de combate ao narcotráfico, à farmacodependência e seus delitos conexos, como a lavagem de dinheiro, o crime organizado, o desvio de precursores químicos, o tráfico ilegal de armas e o tráfico de pessoas e bens, com absoluto respeito à competência das autoridades nacionais;
- c) analisar as possibilidades de treinamento dos recursos humanos para reforçar as ações integrais de luta contra o narcotráfico, através de cursos, seminários e congressos de capacitação;
- d) de maneira geral, todas aquelas atividades que se considerem pertinentes para alcançar uma melhor cooperação entre as Partes Contratantes.

ARTIGO III

Mecanismo de Cooperação

Para os efeitos do Artigo II deste Acordo, as Partes Contratantes concordam em estabelecer um Comitê Brasil-México de Cooperação contra o Narcotráfico, a Farmacodependência e seus Delitos Conexos (doravante denominado “o Comitê”).

ARTIGO IV

Composição do Comitê Brasil-México de Cooperação

1. O Comitê será integrado pelas autoridades que as Partes Contratantes designem.
2. No caso da República Federativa do Brasil as autoridades que integrarão o Comitê serão o Conselho Federal de Entorpecentes (CONFEN), o Departamento de Polícia Federal (DPF) e o Ministério das Relações Exteriores.
3. No caso dos Estados Unidos Mexicanos as autoridades que integrarão o Comitê serão a Secretaria de Relações Exteriores e a Procuradoria Geral da República.
4. As autoridades de ambas as Partes Contratantes poderão solicitar das instituições públicas e privadas dos seus respectivos Estados relacionadas com a matéria do presente Acordo, a prestação de assessoria especializada e a assistência técnica que delas se queiram.

ARTIGO V

Funções do Comitê

1. O Comitê terá como função principal formular, mediante consenso das autoridades de ambas as Partes Contratantes, recomendações aos respectivos Governos sobre a maneira mais efetiva para realizar a cooperação e para tornar eficazes as obrigações assumidas pelo presente Acordo, conforme a Convenção e os objetivos recomendados para tal propósito.

2. Cada autoridade submeterá as recomendações do Comitê a seus respectivos Governos.

3. No desempenho de sua função principal, o Comitê realizará outras funções complementares para promover, no âmbito do combate ao narcotráfico e à farmacodependência, a aplicação mais eficaz de outros instrumentos convencionais de caráter bilateral vigentes entre as Partes Contratantes e os que se adotem no futuro, incluindo os referentes à extradição, assistência mútua em matéria legal e execução de sentenças penais. As referidas funções serão realizadas conforme o estabelecido no parágrafo 1 deste Artigo.

ARTIGO VI

Reuniões do Comitê

1. O Comitê se reunirá em lugar e data que, pela via diplomática, determinem as autoridades, devendo cada Parte Contratante ser alternativamente sede das referidas reuniões.

2. Durante suas reuniões, o Comitê aprovará seus informes e todas as suas recomendações e decisões acordadas pelas autoridades.

ARTIGO VII

Entrada em Vigor

O presente Acordo entrará em vigor na data em que os Governos das Partes Contratantes notificarem, por via diplomática, o cumprimento de todos os requisitos de seus respectivos ordenamentos jurídicos internos.

ARTIGO VIII

Duração e Término do Acordo

O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes Contratantes, mediante comunicação, por escrito e por via diplomática. Neste caso, o Acordo terminará 4 (quatro) meses depois da data de entrega da referida comunicação.

ARTIGO IX
Revisão

As Partes Contratantes poderão revisar as disposições do presente Acordo e as modificações ou emendas resultantes entrarão em vigor de conformidade com o Artigo VII.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados por seus respectivos Governos, firmam o presente Acordo.

Feito na Cidade do México, em 18 de novembro de 1996, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Sebastião do Rego Barros
Secretário-Geral
das Relações Exteriores



PELO GOVERNO DOS
ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

Rafael Estrada Sámano
Subprocurador Jurídico da
Procuradoria Geral da República

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**ACUERDO ENTRE EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA FEDERATIVA
DEL BRASIL Y EL GOBIERNO DE LOS ESTADOS UNIDOS
MEXICANOS SOBRE COOPERACION PARA COMBATIR EL
NARCOTRAFICO Y LA FARMACODEPENDENCIA**

El Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de los Estados Unidos Mexicanos (en adelante denominados "las Partes");

CONSCIENTES de que el narcotráfico y la farmacodependencia representan una seria amenaza a las estructuras políticas, económicas y sociales, a la salud de la sociedad y a la tranquilidad pública;

COINCIDIENDO en la necesidad de proteger la vida y la salud de sus respectivos pueblos de los graves efectos de la farmacodependencia, el narcotráfico y sus delitos conexos y reconociendo que estas conductas deben combatirse de forma integral, en especial la prevención y reducción de la demanda ilícita de estupefacientes y sustancias sicotrópicas, el control de oferta, la suspensión del tráfico ilícito, el tratamiento y la rehabilitación;

PREOCUPADOS por el incremento del narcotráfico, la farmacodependencia y sus delitos conexos como el lavado de dinero, el crimen organizado, el desvío de precursores químicos, el tráfico ilegal de armas y el tráfico de personas y bienes;

RECONOCIENDO que el combate de este fenómeno requiere de la adopción y efectiva aplicación de leyes estrictas y modernas que permitan prevenir y sancionar esta conducta criminal y sus delitos conexos, así como la estructuración de órganos de investigación y procuración de justicia eficientes y plenamente capacitados, que cuenten con los recursos humanos y materiales necesarios para hacer frente al problema;

RESUELTOS a brindarse mutuamente la cooperación necesaria para combatir efectivamente el narcotráfico y la farmacodependencia y sus delitos conexos, dadas sus características de fenómenos de naturaleza y alcance internacionales;

ANIMADOS por el objetivo de que la cooperación a que se refiere el presente Acuerdo complemente la que ambas Partes se brindarán en cumplimiento de las obligaciones internacionales que asuman conforme a la Convención de las Naciones Unidas contra el Tráfico Ilícito de Estupefacientes y Sustancias Sicotrópicas (en adelante denominada "la Convención"), adoptada en Viena, Austria, el 20 de diciembre de 1988;

Han acordado lo siguiente:

ARTICULO I
ALCANCE DEL ACUERDO

1. El propósito del presente Acuerdo es promover la cooperación entre las Partes a fin de que puedan combatir con mayor eficacia el narcotráfico, la farmacodependencia y sus delitos conexos, como el lavado de dinero, el crimen organizado, el desvío de precursores químicos, el tráfico ilegal de armas y el tráfico de personas y bienes, fenómenos que trascienden las fronteras de ambas Partes.

2. Las Partes cumplirán sus obligaciones derivadas del presente Acuerdo conforme a los principios de autodeterminación, no intervención en asuntos internos, igualdad jurídica y respeto a la integridad territorial de los Estados.

3. Una Parte no ejercerá en el territorio de la otra Parte competencias ni funciones que correspondan exclusivamente a las autoridades de esta otra Parte, conforme a su derecho interno y soberanía nacional.

ARTICULO II
AMBITO DE COOPERACION

1. Las Partes tomarán las medidas de cooperación necesarias para dar pleno efecto, entre ambas y de la manera más eficaz, a las obligaciones que asuman conforme a la Convención y procurarán llevar a cabo dicha cooperación, en la medida de lo posible, conforme a los objetivos y recomendaciones de la misma.

2. La asignación y aplicación de recursos humanos, financieros y materiales necesarios para la ejecución de programas concretos en materia de combate al narcotráfico y a la farmacodependencia, cuyas acciones se llevarán a cabo en un marco de corresponsabilidad, serán definidas en cada caso por las Partes, en la medida de sus posibilidades presupuestales.

3. Con apego a lo dispuesto por el Artículo I, la cooperación a que se refiere el presente Acuerdo procurará llevar a cabo programas, en cada uno de los Estados, destinados a:

- a) reducir la demanda ilícita de estupefacientes y sustancias sicotrópicas mediante actividades de prevención, tratamiento y conciencia pública;
- b) establecer sistemas eficaces de intercambio de información en materia de combate al narcotráfico, la farmacodependencia y sus delitos conexos, como el lavado de dinero, el crimen organizado, el desvío de precursores químicos, el tráfico ilegal de armas y el tráfico de personas y bienes, con absoluto respeto a la competencia de las autoridades nacionales;
- c) analizar las posibilidades de capacitar recursos humanos para fortalecer las acciones integrales de lucha contra el narcotráfico, a través de cursos, seminarios y talleres de capacitación;

- d) de manera general, todas aquellas actividades que se consideren pertinentes para alcanzar una mejor cooperación entre las Partes.

ARTICULO III
MECANISMO DE COOPERACION

Para los efectos del Artículo II de este Acuerdo, las Partes convienen en establecer un Comité Brasil-México de Cooperación contra el Narcotráfico, la Farmacodependencia y sus Delitos Conexos (en adelante denominado "el Comité").

ARTICULO IV
INTEGRACION DEL COMITE BRASIL-MEXICO DE COOPERACION

1. El Comité estará integrado por las autoridades que las Partes designen.
2. En el caso de la República Federativa del Brasil, las autoridades que integrarán el Comité serán el Consejo Federal de Entorpecentes (CONFEN), el Departamento de Policía Federal (DPF) y el Ministerio de las Relaciones Exteriores.
3. En el caso de los Estados Unidos Mexicanos, las autoridades que integrarán el Comité serán la Secretaría de Relaciones Exteriores y la Procuraduría General de la República.
4. Las autoridades de ambas Partes podrán solicitar de las instituciones públicas y privadas de sus respectivos Estados, relacionadas con la materia del presente Acuerdo, que presten la asesoría especializada y la asistencia técnica que de ellas se requieran.

ARTICULO V
FUNCIONES DEL COMITE

1. El Comité tendrá como función principal la de formular, por consenso de las autoridades de ambas Partes, recomendaciones a sus respectivos Gobiernos respecto a la manera más eficaz en que puedan prestarse cooperación, para dar efecto a las obligaciones asumidas por el presente Acuerdo, conforme a la Convención y los objetivos recomendados para tal propósito.

2. Cada autoridad elevará las recomendaciones del Comité a sus respectivos Gobiernos.

3. En el desempeño de su función principal, el Comité llevará a cabo otras funciones complementarias para promover, en el ámbito del combate al narcotráfico y la farmacodependencia, la aplicación más eficaz de otros instrumentos convencionales de carácter bilateral, vigentes entre las Partes y los que se adopten en el futuro, incluyendo los referentes a extradición, asistencia mutua en materia legal y ejecución de sentencias penales. Dichas funciones se desempeñarán de conformidad con lo establecido en el párrafo 1 de este Artículo.

ARTICULO VI
REUNIONES DEL COMITE

1. El Comité se reunirá en el lugar y fecha que, por la vía diplomática, convengan las autoridades, debiendo ser las Partes alternativamente sede de dichas reuniones.

2. Durante sus reuniones, el Comité aprobará sus informes y todas sus recomendaciones y decisiones acordadas por las autoridades.

ARTICULO VII

ENTRADA EN VIGOR

El presente Acuerdo entrará en vigor en la fecha en que los Gobiernos de las Partes se notifiquen, por la vía diplomática, que han cumplido con todos sus requisitos y procedimientos jurídicos internos.

ARTICULO VIII

DURACION Y TERMINACION DEL ACUERDO

Cualquiera de las Partes podrá dar por terminado el presente Acuerdo, en cualquier momento, mediante notificación por escrito y por la vía diplomática. En dicho caso, el Acuerdo terminará 4 (cuatro) meses después de la fecha de entrega de dicha comunicación.

ARTICULO IX

REVISION

Las Partes podrán revisar las disposiciones del presente Acuerdo y las modificaciones o enmiendas resultantes entrarán en vigor de conformidad con el Artículo VII.


EN FE DE LO CUAL, los abajo firmantes, debidamente autorizados por sus respectivos Gobiernos, firman el presente Acuerdo.

Hecho en la Ciudad de México, el 18 de noviembre de 1996, en dos ejemplares originales, en idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.

**POR EL GOBIERNO DE LA REPUBLICA
FEDERATIVA DEL BRASIL**


Sebastião do Rego Barros
Secretario General
de las Relaciones Exteriores

**POR EL GOBIERNO DE LOS ESTADOS
UNIDOS MEXICANOS**


Rafael Estrada Sámano
Subprocurador Jurídico de la
Procuraduría General
de la República

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE UNITED MEXICAN STATES ON COOPERATION IN COMBATING DRUG TRAFFICKING AND DRUG DEPENDENCY

The Government of the Federative Republic of Brazil and The Government of the United Mexican States (hereinafter referred to as "the Parties");

Aware that drug trafficking and drug dependency pose a serious threat to political, economic and social structures, the health of society and public peace;

Agreeing on the need to protect the lives and health of their peoples against the harmful effects of drug dependency, drug trafficking and related offences, and recognizing that such activities must be combated comprehensively, especially through the prevention and reduction of illicit demand for narcotic drugs and psychotropic substances; the control of supply; the suspension of illicit trafficking; and treatment and rehabilitation;

Concerned about the increase in drug trafficking, drug dependency and related offences such as money laundering, organized crime, diversion of chemical precursors, illegal arms trafficking and trafficking in persons and goods;

Recognizing that combating this phenomenon requires the adoption and effective application of strict, modern laws for the prevention and punishment of such criminal activity and related offences, as well as the establishment of efficient and highly trained research and enforcement bodies endowed with the human and material resources needed to deal with this problem;

Determined to provide each other with the cooperation required to combat drug trafficking, drug dependency and related offences effectively, given the international scope and nature of those phenomena;

Guided by the objective of ensuring that the cooperation referred to in this Agreement will supplement that which the two Parties will provide each other pursuant to their international obligations under the United Nations Convention against Illicit Traffic in Narcotic Drugs and Psychotropic Substances (hereinafter referred to as "the Convention"), adopted in Vienna, Austria, on 20 December 1988;¹

Have agreed as follows:

Article I. Scope of the Agreement

1. The purpose of this Agreement is to promote cooperation between the Parties so that they can more effectively combat drug trafficking, drug dependency and related offences such as money laundering, organized crime, diversion of chemical precursors, illegal arms trafficking and trafficking in persons and goods, phenomena that transcend the boundaries of both countries.

1. United Nations, Treaty Series, vol. 1582, No. 27627.

2. The Parties shall fulfil their obligations under this Agreement in accordance with the principles of self-determination, non-intervention in internal affairs, legal equality and respect for the territorial integrity of States.

3. Neither Party shall exercise in the territory of the other Party such jurisdiction and functions as correspond exclusively to the authorities of the other Party by virtue of its domestic law and national sovereignty.

Article II. Scope of Cooperation

1. The Parties shall implement such cooperation measures as may be necessary to give full effect, between them and in the most effective manner, to their obligations under the Convention and shall endeavour to carry out such cooperation, to the extent possible, in accordance with the objectives and recommendations of the Convention.

2. The assignment and application of the human, financial and material resources necessary for the execution of specific programmes to combat drug trafficking and drug dependency, under which activities shall be implemented jointly, shall in each case be determined by the Parties, taking into account their budgetary capabilities.

3. In accordance with Article I, the cooperation referred to in this Agreement shall be aimed at implementing programmes in each State designed to:

(a) Reduce the illicit demand for narcotic drugs and psychotropic substances, through prevention, treatment and public awareness activities;

(b) Establish effective systems for exchanging information on combating drug trafficking, drug dependency and related offences such as money laundering, organized crime, diversion of chemical precursors, illegal arms trafficking and trafficking in persons and goods, with full respect for the jurisdiction of national authorities;

(c) Consider possibilities for training human resources to strengthen comprehensive activities to combat drug trafficking, through courses, seminars and training workshops;

(d) In general, any activities considered relevant for improving cooperation between the Parties.

Article III. Cooperation Mechanism

For the purposes of Article II of this Agreement, the Parties agree to establish a Brazil-Mexico Cooperation Committee against Drug Trafficking, Drug Dependency and Related Offences (hereinafter referred to as "the Committee").

Article IV. Membership of the Brazil-Mexico Cooperation Committee

1. The Committee shall consist of the authorities designated by the Parties.

2. In the case of the Federative Republic of Brazil, the authorities members of the Committee shall be the Federal Narcotics Council (CONFEN), the Federal Police Department (DPF) and the Ministry of Foreign Affairs.

3. In the case of the United Mexican States, the authorities members of the Committee shall be the Ministry of Foreign Affairs and the Office of the Attorney-General of the Republic.

4. The authorities of both Parties may seek expert advice and technical assistance, as required, from public and private institutions in their respective States whose activities are related to the subject of this Agreement.

Article V. Functions of the Committee

1. The Committee's main function shall be to formulate, by consensus of the authorities of the two Parties, recommendations to their Governments on the most effective way in which they can cooperate in order to give effect to the obligations entered into under this Agreement, in accordance with the Convention and in an effort to achieve the objectives recommended for that purpose.

2. Each authority shall submit the Committee's recommendations to its respective Government.

3. In the exercise of its principal function, the Committee shall perform additional functions to promote the most effective implementation of other bilateral agreements on combating drug trafficking and drug dependency in effect or to be concluded in the future between the Parties, including those on extradition, mutual assistance in legal matters and enforcement of judgements in penal proceedings. Such functions shall be performed in accordance with paragraph 1 of this article.

Article VI. Meetings of the Committee

1. The Committee shall meet in the place and on the date agreed upon by the authorities through the diplomatic channel, such meetings being held in each Party alternately.

2. At its meetings, the Committee shall adopt its reports and all its recommendations and decisions by mutual agreement between the authorities.

Article VII. Entry Into Force

This Agreement shall enter into force on the date on which the Governments of the Parties notify each other, through the diplomatic channel, that they have completed all their domestic legal requirements and procedures.

Article VIII. Duration and Termination of the Agreement

Either Party may terminate this Agreement at any time by providing written notification through the diplomatic channel, in which case the Agreement shall terminate four (4) months after the date of delivery of such notification.

Article IX. Revision

The Parties may review the provisions of this Agreement, and such revisions or amendments as may result shall enter into force in accordance with Article VII.

In witness whereof, the undersigned, being duly authorized by their respective Governments, have signed the present Agreement.

Done at Mexico City on 18 November 1996, in two originals in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

SEBASTIÃO DO REGO BARROS
Secretary-General
for Foreign Affairs

For the Government of the United Mexican States:

RAFAEL ESTRADA SÁMANO
Assistant Legal Counsel in the
Office of the Attorney-General of the Republic

[TRANSLATION — TRADUCTION]

ACCORD DE COOPÉRATION ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA
RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT
DES ÉTATS-UNIS DU MEXIQUE DANS LA LUTTE CONTRE LE
TRAFIC DE STUPÉFIANTS ET LA TOXICOMANIE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement des États-Unis du Mexique (ci-après dénommés "les Parties"),

Conscients que le trafic de stupéfiants et la toxicomanie constituent une grave menace contre les structures politiques, économiques et sociales, la santé de la société et l'ordre public,

Convenant de la nécessité de protéger la vie et la santé de leurs populations respectives contre les effets graves de la toxicomanie et du trafic des stupéfiants et les délits qui y sont associés, et reconnaissant que ces comportements doivent être combattus intégralement, en particulier la prévention et la réduction de la demande illicite de stupéfiants et de substances psychotropes, le contrôle de l'offre, la suspension du trafic illicite, le traitement et la réinsertion des toxicomanes,

Préoccupés par l'accroissement du trafic de stupéfiants, de la toxicomanie et des délits qui y sont associés, tels que le blanchiment de l'argent, la criminalité organisée, le détournement des précurseurs chimiques, le trafic illégal d'armes et le trafic de personnes et de biens,

Reconnaissant que la lutte contre ce phénomène exige l'adoption et l'application effective de lois strictes et modernes qui permettent de prévenir et de réprimer ces comportements criminels et les délits qui y sont associés comme l'établissement d'organes d'enquête et d'administration de la justice qui soient efficaces et pleinement qualifiés et qui disposent des ressources humaines et matérielles nécessaires pour faire face au problème,

Résolus à s'apporter mutuellement la coopération nécessaire pour lutter efficacement contre le trafic de stupéfiants et la toxicomanie et les délits qui y sont associés, étant donné que ce sont des phénomènes de nature et de portée internationales,

Guidés par l'objectif selon lequel la coopération visée dans le présent Accord complète celle que les deux Parties s'apporteront dans l'acquittement des obligations internationales qu'elles ont assumées en vertu de la Convention des Nations Unies contre le trafic illicite de stupéfiants et des substances psychotropes (ci-après dénommée "la Convention"), adoptée à Vienne, en Autriche, le 20 décembre 1988¹,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier. Portée de l'Accord

1. L'objectif du présent Accord est de promouvoir la coopération entre les Parties afin de pouvoir lutter plus efficacement contre le trafic de stupéfiants, la toxicomanie et les dé-

1. Nations Unies, Recueil des Traités, vol. 1582, no 1-27626.

lits qui y sont associés comme le blanchiment de l'argent, la criminalité organisée, le détournement des précurseurs chimiques, le trafic illégal d'armes et le trafic de personnes et de biens, phénomènes qui vont au-delà des frontières des deux Parties.

2. Les Parties s'acquitteront des obligations qui leur incombent en vertu du présent Accord conformément aux principes de l'autodétermination, de non-intervention dans les affaires intérieures, d'égalité juridique et de respect de l'intégrité territoriale des États.

3. Une Partie n'exercera pas sur le territoire de l'autre Partie des compétences ou des fonctions qui relèvent exclusivement des autorités de cette autre Partie, conformément à son droit interne et à sa souveraineté nationale.

Article II. Domaine de coopération

1. Les Parties prendront les mesures de coopération nécessaires pour donner pleinement effet, de la manière la plus efficace, aux obligations qui leur incombent en vertu de la Convention et elles s'efforceront de mener à bien ladite coopération, dans la mesure du possible, conformément aux objectifs et recommandations de ladite Convention.

2. L'affectation et l'utilisation des ressources humaines, financières et matérielles nécessaires à l'exécution des programmes concrets de lutte contre le trafic de stupéfiants et la toxicomanie qui seront menés à bien dans le cadre de la responsabilité conjointe seront définies dans chaque cas par les Parties, dans la mesure de leurs possibilités budgétaires.

3. S'agissant des dispositions de l'article premier, la coopération mentionnée dans le présent Accord a pour objectif de mener à bien les programmes, dans chacun des États, visant à :

a) Réduire la demande illicite de stupéfiants et de substances psychotropes par des activités de prévention, de traitement et de sensibilisation du public;

b) Établir des systèmes efficaces d'échange d'informations en matière de lutte contre le trafic de stupéfiants, la toxicomanie et les délits qui y sont associés comme le blanchiment de l'argent, la criminalité organisée, le détournement des précurseurs chimiques, le trafic illégal d'armes et le trafic de personnes et de biens, dans le respect absolu de la compétence des autorités nationales;

c) Analyser les possibilités de formation des ressources humaines pour renforcer les actions de lutte contre le trafic de stupéfiants, par l'intermédiaire de cours, de séminaires et d'ateliers de formation;

d) Mener, de manière générale, toutes les activités qui sont considérées pertinentes pour assurer une meilleure coopération entre les Parties.

Article III. Mécanisme de coopération

Aux fins de l'article II du présent Accord, les Parties conviennent d'établir un Comité Brésil-Mexique de coopération contre le trafic de stupéfiants, la toxicomanie et les délits qui y sont associés (ci-après dénommés le "Comité").

Article IV. Composition du Comité Brésil-Mexique de coopération

1. Le Comité sera composé des autorités désignées par les Parties.
2. Dans le cas de la République fédérative du Brésil, les autorités qui composent le Comité seront le Conseil fédéral de lutte contre les stupéfiants (CONFEN), le Département de la police fédérale (DPF) et le Ministère des relations extérieures.
3. Dans le cas des États-Unis du Mexique, les représentants des autorités qui siègent au Comité seront le Secrétariat des relations extérieures et la Procuration générale de la République.
4. Les représentants des autorités des deux Parties pourront demander, en ce qui concerne les questions abordées dans le présent Accord, aux institutions publiques et privées de leurs États respectifs de leur apporter les conseils spécialisés et l'assistance technique nécessaire.

Article V. Fonctions du Comité

1. Le Comité aura pour fonction principale la formulation par consensus entre les représentants des autorités des deux Parties de recommandations qui seront présentées à leurs gouvernements respectifs et qui concernent les modalités les plus efficaces de coopération pour l'acquittement des obligations découlant du présent Accord, conformément à la Convention et aux objectifs recommandés à cette fin.
2. Les représentants des autorités des deux Parties présenteront les recommandations du Comité à leurs gouvernements respectifs.
3. Dans l'acquittement de sa fonction principale, le Comité mènera également des actions complémentaires pour promouvoir, dans le cadre de la lutte contre le trafic de stupéfiants et la toxicomanie, l'application plus efficace d'autres conventions bilatérales en vigueur entre les Parties et des conventions qui seront adoptées à l'avenir, y compris celles qui concernent l'extradition, l'assistance mutuelle en matière juridique et l'exécution des sentences pénales. Lesdites activités seront menées conformément aux dispositions du paragraphe 1 du présent article.

Article VI. Réunions du Comité

1. Le Comité se réunira à la date et au lieu dont conviendront les représentants des autorités des deux Parties par la voie diplomatique alternativement sur le territoire des deux Parties.
2. Pendant ses réunions, le Comité approuvera ses rapports et toutes ses recommandations et décisions dont seront convenus les représentants des autorités.

Article VII. Entrée en vigueur

Le présent Accord entrera en vigueur à la date à laquelle les gouvernements des Parties se seront notifiés par la voie diplomatique de l'accomplissement de toutes les formalités et procédures juridiques internes.

Article VIII. Durée et dénonciation de l'Accord

L'une ou l'autre des Parties pourra dénoncer le présent Accord à tout moment moyennant une notification écrite par la voie diplomatique. En ce cas, l'Accord cessera d'être en vigueur quatre (4) mois à partir de la date de remise de ladite notification.

Article IX. Révision

Les Parties pourront réviser les dispositions du présent Accord, et les modifications ou amendements entreront en vigueur conformément à l'article VII.

En foi de quoi les soussignés, à ce dûment autorisés par leurs gouvernements respectifs, ont signé le présent Accord.

Fait à Mexico, le 18 novembre 1996, en deux exemplaires originaux, en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

Le Secrétaire général des relations extérieures,

SEBASTIÃO DO REGO BARROS

Pour Le Gouvernement des États-Unis du Mexique :

Le Sous-Procureur juridique

de la Procurature générale de la République,

RAFAEL ESTRADA SÁMANO